



SINSEXPRO

Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo



Filiado à
FENASERA

ANO V | Abril de 2006 | nº 76

Filiado à
CUT

O COMPANHEIRO

CREMESP frustra expectativa de retomada do diálogo com o Sindicato
Página 4

Rodadas de negociações e mesa-redonda definem Campanha Salarial
Páginas 5 e 6

O Companheiro abordará a conjuntura do País em série de matérias
Página 7

Vai começar mais uma edição do Campeonato de Futsal do SINSEXPRO
Página 8

Geração de empregos será palavra de ordem no Dia Internacional do Trabalhador



No ano passado, a CUT homenageou trabalhadores com mega ato

A CUT pretende mobilizar trabalhadores de todo o País, no dia 1º de maio, com a realização de diversas atividades.

Página 3

Editorial

Conjuntura do País deve influenciar êxito da Campanha Salarial

Este número do boletim *O Companheiro* evidencia o que o SINSEXPRO já constatou há muitos anos - nossa ação não pode ser restrita à categoria. Mais do que nunca, os resultados da Campanha Salarial serão determinados por fatores que não governamos - a conjuntura econômica do País, as forças políticas em cenário de eleição geral e as decisões do Poder Judiciário. Não governamos, mas precisamos influir. Para isso, contamos com a ação efetiva da FENASERA, nossa Federação Nacional, que atua em Brasília e em todos os demais estados a nosso favor. Mas o êxito das nossas campanhas depende fundamentalmente da capacidade de união, mobilização e informação da categoria. Por isso, trazemos nas próximas páginas o desenho de todas as forças e âmbitos que influenciam o resultado de nossa luta, desde a conjuntura econômica, passando pelo balanço de como as autarquias vão se posicionando na Campanha Salarial já em curso. Leia com atenção e fortaleça sua capacidade de compreensão do cenário que enfrentamos. Assim, você estará melhor preparado para influenciar nos rumos, a nosso favor.

EXPEDIENTE

SINSEXPRO

Rua Florêncio de Abreu, 157 - 1º andar - Cj. 105
São Paulo - SP - CEP 01029-901
Tel.: (11) 3228-1867 / 3228-7956 / 3228-5171
Fax: (11) 3228-8345
sinsexpro@sinsexpro.org.br
www.sinsexpro.org.br

Secretaria Geral

sinsexpro@sinsexpro.org.br
Inês Granada Pedro (CREA) - Coordenadora
Adriano Silva Reis (CRTR)

Secretaria de Assuntos Jurídicos

juridica@sinsexpro.org.br
Percival de Souza (CRESS) - Coordenador
Francisco de Paula Ferreira (CREA)
Janaina Macedo Calvo (CREA)

Secretaria de Comunicação

comunicacao@sinsexpro.org.br
Alessandra André (OAB) - Coordenadora
Alexandra Mancini de Oliveira (CREA)

Secretaria de Finanças

financeira@sinsexpro.org.br
Flávio Sérgio Gomes da Costa (CRC) - Coordenador
Ana Laura Rodrigues Cardoso (CRF)
Márcio Fogaça (OAB)

Secretaria de Formação Política e Relações Sindicais

formacao@sinsexpro.org.br
Carlos Tadeu Vilanova (CREA) - Coordenador
Antonio Fco. Gomes Vieira Fº (CRECI)
Marta Goes Maciel (COREN)

Secretaria Social

social@sinsexpro.org.br
Elba Célia Magalhães Alves (CREA) - Coordenadora
Lucimary Rodrigues Barbosa (CRFa)

Conselho Fiscal

Francisco Rodrigues Marques (CRC)
Lia Mara Checa (CRP)
Kellen Cristina Zanin (CRTR)
Henrique Rodrigues Lobo (OAB)
Edith Aparecida Macedo (CRTR)
João Marcos Ultramar Quinteiro (CRF)

Jornalistas Responsáveis

Claudia Teodoro - Mtb. 24.191
Selma Munhoz - Mtb. 20.811

Direção de Arte/Diagramação

Guilherme Gonçalves - guiga.net@terra.com.br

Impressão

Editora Raiz da Terra - (11) 3207-8561

Cenário econômico favorece ganhos ao trabalhador



Por
Elba Célia
Magalhães
Alves

Nosso colega Francisco Marques escreveu neste espaço, no boletim anterior, sobre a lamentável estagnação de renda que enfrentamos, apesar do cenário de crescimento econômico do País. Efetivamente, o balanço das negociações salariais de 2005, realizado pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, constata a tendência à recomposição do poder aquisitivo dos trabalhadores como resultado de negociações coletivas. O trabalho, desenvolvido no SAS - Sistema de Acompanhamento de Salários, registrou os reajustes salariais resultantes de 640 negociações coletivas de trabalho realizadas em 2005. A análise destas informações indica que a proporção de negociações que resultou em aumentos reais de salários atingiu a maior marca apurada pelo DIEESE nos 10 anos de existência da pesquisa.

O INPC-IBGE aparece como o indicador mais frequentemente adotado nas negociações salariais. Constatase que 72% das negociações observadas estabeleceram reajustes salariais superiores à inflação acumulada no espaço de um ano. Cerca de 16% dos reajustes corresponderam exatamente à variação do INPC-IBGE na data-base das categorias envolvidas na negociação; 35% o superaram em até 1% e 37% o ultrapassaram em mais de 1%. Apenas 12% dos contratos coletivos de todo o território nacional tiveram reposição salarial abaixo do índice. Do total de 459 negociações que definiram reajustes salariais superiores à variação da inflação acumulada, 48% renderam aos trabalhadores um aumento real de até 1% acima do INPC-IBGE e cerca de 84% estabeleceram reajustes compreendidos no intervalo entre 0,01% e 2% acima do indicador em questão. As negociações de categorias com data-base no

segundo semestre apresentaram resultados mais satisfatórios aos trabalhadores. Das negociações iniciadas entre janeiro e junho, 67% renderam aumentos reais de salários, contra 83% no período subsequente.

E na nossa categoria? Bem, como é sabido, nossa categoria é de serviço público mas, devido à sua autonomia administrativa, guarda semelhança com o setor de serviços do poder privado. As pesquisas neste segmento constataam resultado positivo das negociações nos últimos dois anos, como consequência da estabilidade econômica e da baixa inflação. No setor público, a complexidade do orçamento é permeada por limitações que, diferentemente do que diversas autarquias de fiscalização profissional teimam em afirmar, não alcançam nossa categoria.

Perspectivas - Para este ano, a perspectiva tende a se repetir com o desempenho crescente iniciado em 2004, acrescentando os bons resultados das indústrias e a recuperação do salário mínimo. A Copa do Mundo e eleições gerais ajudam a melhorar as atividades em alguns setores. Por outro lado, o câmbio em baixa pode dificultar o crescimento econômico com a diminuição das exportações e aumento das importações, como já acontece nos setores têxteis e calçadistas. No setor público, incluindo a nossa categoria, é preciso pensar ações a médio e longo prazo, com base no cenário econômico atual, que é favorável. Por exemplo, intervir na política de valorização do servidor, no espaço constitucional de negociação, no debate e formulação do Plano de Carreira e em programas de saúde ocupacional. O ambiente político definirá a estratégia. A força de mobilização da categoria estabelecerá a tática.

Nota - Os dados estatísticos apresentados nesta matéria foram extraídos de Relatório da Plenária da Campanha Salarial 2006, realizada pela CUT/SP, no dia 28/03/06.

Elba Célia Magalhães Alves é Secretária Social do SINSEXPRO e representante do Sindicato na Campanha Salarial Unificada da CUT/SP, que agrega a luta de diversas categorias

Dia Internacional do Trabalhador será de fortalecimento da luta

Em 1º de maio comemora-se o Dia Internacional do Trabalhador, data escolhida em 1889, em um Congresso Socialista, realizado em Paris, para lembrar a greve geral ocorrida três anos antes, no mesmo dia, em Chicago, o principal centro industrial dos Estados Unidos naquela época. Milhares de trabalhadores foram às ruas para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos e exigir a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Naquele dia, manifestações, passeatas, piquetes e discursos movimentaram a cidade. Mas a repressão ao movimento foi dura: houve prisões, feridos e até mortos nos confrontos entre os operários e a polícia. Em memória dos mártires de Chicago, das reivindicações operárias que nesta cidade se desenvolveram em 1886 e por tudo o que esse dia significou na luta dos trabalhadores pelos seus direitos, servindo de exemplo para o mundo todo, 1º de maio foi instituído como o Dia Internacional do Trabalhador.

No Brasil, a data será celebrada com diversas atividades. A CUT realizará manifestações em todo o País. A participação popular massiva nas manifestações ocorridas na avenida Paulista em 2004 e 2005, que reuniram cerca de 2 milhões de pessoas nas duas ocasiões, contribuiu para que, em 2006, a Central repetisse o evento. Neste ano, serão valorizadas as cores da bandeira do Brasil. A palavra de ordem será: **“Democracia, Emprego, Renda e Ampliação de Direitos”**. O objetivo da Central é continuar fortalecendo a democracia no Brasil e exigir de todas as esferas governamentais metas para geração de empregos, valorização permanente do salário mínimo e ampliação de direitos. Vários indicadores sócio-econômicos servem de parâmetro para que os trabalhadores reflitam neste 1º de maio sobre qual modelo de gestão pública é fundamental para o País.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva foram gerados mais de 3,6 milhões de postos de trabalho formais. Até fevereiro deste ano, foram abertas 1,3 milhão de vagas no país. A construção civil bateu recorde de geração de empregos em relação a fevereiro dos outros anos: foram 14.993 postos de trabalho. O comércio apresentou mais do que o dobro de vagas de emprego em relação ao mesmo mês do ano passado: 19.258 vagas contra 8.647 em 2005. A indústria teve o segundo melhor desempenho em fevereiro, com geração de 23.558 vagas. O índice é inferior apenas ao mesmo mês em 2004, quando 38.086 postos de trabalho foram gerados. A indústria de calçados interrompeu seqüência de três meses consecutivos de redução nos postos de trabalho. Foram criadas 2.098 vagas. Na agricultura, a antecipação da colheita da cana na região sul-sudeste incentivou a criação de empregos no setor. São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram os melhores resultados. Estes índices foram os melhores desde a criação do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1992.



Diversos artistas participaram do Dia Internacional do Trabalhador da CUT, em 2005



Novo presidente do CREMESP repete postura do antigo

No último mês de março, Desiré Carlos Callegari assumiu a presidência do Conselho Regional de Medicina - CREMESP para os próximos 15 meses, substituindo Isac Jorge Filho. O SINSEXPRO e os funcionários da autarquia tinham grande expectativa que a mudança trouxesse a retomada de um tempo, não muito distante, em que a direção valorizava e respeitava seus trabalhadores. Mas o recém-empossado presidente, até agora, não deu mostras de que mudará esse rumo. Os

15 meses de gestão do ex-presidente Isac Jorge Filho, certamente, não deixarão saudades. Além de retirar garantias estabelecidas em Acordo Coletivo, o ex-dirigente do CREMESP deixou de negociar com o Sindicato, levando os impasses ao confronto, precarizando as condições de trabalho e lançando dúvidas e intranquilidade entre os funcionários. O SINSEXPRO recorreu ao Sindicato dos Médicos, à CUT e ao PT - Partido dos Trabalhadores, para denunciar o desrespeito e

a arbitrariedade com que têm sido tratados os trabalhadores pois, curiosamente, diretores do Conselho participam também dessas entidades. E, mesmo com novo presidente na autarquia, o Sindicato continua com acesso restrito à sede e já estamos no final do mês que antecede a data-base sem nenhum sinal de negociação da Pauta de Reivindicações. Convocada à mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho, no dia 11/04, a autarquia não compareceu. Assim, a luta continua.

Dois meses depois, CRF responderá sobre agressão a sindicalistas

O Conselho Regional de Farmácia - CRF agendou reunião com o Sindicato para o próximo dia 5, a fim de responder, segundo a própria autarquia, a alguns questionamentos do SINSEXPRO. Este encontro, lamentavelmente, ocorre somente dois meses depois de um grave fato envolvendo os diretores do Sindicato Carlos Tadeu Vilanova e Ana Laura Rodrigues Cardoso, esta, recém-empossada e funcionária do próprio CRF. No dia 2 de março, os dois dirigentes compareceram a autarquia para distribuir o boletim *O Companheiro* nº 74. A edição trazia matéria sobre uma reunião solicitada pelo Sindicato e não atendida pelo CRF. Porém, entre o fechamento do jornal e o dia da distribuição, o encontro foi marcado e o Sindicato tomou o cuidado de distribuir um

panfleto informando a mudança. O vice-presidente do Conselho, não se sabe o motivo, considerou o fato uma agressão à presidente recém-empossada do CRF e partiu para a agressão moral contra os dois dirigentes do SINSEXPRO, que não tiveram outra alternativa a não ser chamar a Polícia. Atendendo ao pedido do policial, os diretores do Sindicato deixaram a sede da autarquia, mas registraram um boletim de ocorrência.

No dia seguinte, em reunião do Sindicato com um diretor do Conselho, o mesmo afirmou que o acontecimento do dia anterior havia sido uma atitude isolada e que não representava o pensamento da diretoria. Entretanto, não houve resposta para o pedido do SINSEXPRO de continuar circulando

pelo Conselho para entrega de seus boletins. O diretor da autarquia disse que responderia, por escrito, tanto esta questão, quanto a posição do CRF em relação à atitude do vice-presidente e aos demais assuntos apresentados pelo Sindicato (instrução interna sobre uso de uniformes e contato pessoal com a presidente). Mas foram precisos dois meses para que a autarquia se pronunciasse. Temos todo interesse em conhecer a posição do Conselho, afinal, o primeiro contato com a nova gestão não foi nada democrático.

Data-base - O CRF reconheceu oficialmente a data-base e informou que as negociações começariam em abril, quando a Diretoria Eletiva retornasse de Brasília. Até o momento, entretanto, nenhuma reunião de negociação foi agendada.

Funcionários do CREA buscam apoio do Sindicato

Preocupados com o desastroso rumo que o presidente do Conselho Regional de Eng^a, Arq^a e Agr^a - CREA deu à questão de contratações sem concurso, assinando com o Ministério Público do Trabalho um Termo de Ajustamento de Conduta que ameaça todos os contratados desde 1988, os funcionários da autarquia solicitaram ao SINSEXPRO a divulgação da péssima situação em que se

encontram. O Sindicato compareceu à Plenária de conselheiros, no dia 6/04, em São Paulo, e distribuiu Carta Aberta informando sobre o caso. Além disso, continua buscando soluções jurídicas. Mas a aposta para reverter o quadro é a mobilização dos trabalhadores.

Campanha Salarial - O vice-presidente do CREA esteve na sede do Sindicato para discutir a Campanha Salarial,

que entrou na segunda quinzena de abril sem negociações concretas. O representante do Conselho fez um amplo debate, inclusive sobre os números do orçamento da autarquia, que ficou de retornar as questões discutidas. Como o encontro não teve caráter oficial, o SINSEXPRO convocou o CREA à mesa-redonda na DRT, em 11/04, mas o Conselho não compareceu.

CRC - Em reunião no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, realizada em 07/04, o vice-presidente da autarquia decepcionou ao afirmar que fechará Acordo Coletivo no Tribunal Regional do Trabalho. Sugeriu que o SINSEXPRO ingresse com Dissídio Coletivo e que, na audiência de conciliação, o Acordo seja assinado. O Sindicato esclareceu que o Dissídio é o último recurso de um processo frustrado de negociação e que tem um custo entre R\$ 500,00 e R\$ 1.100,00. Estranhamente, o diretor, que também responde por Administração e Finanças, afirmou "que para ele não tem problema". E, mais uma vez, o Sindicato ouviu a "pretensão" de se adotar no CRC a mesma data-base das outras autarquias da categoria, mas "a partir do próximo ano". Outros itens discutidos na conversa também não foram animadores, pois pretendiam sempre retroagir em direitos. No fechamento desta edição, o SINSEXPRO estudava se reunir com os funcionários para discutir os rumos de uma Campanha que, ao que parece, não poderá prescindir de intensa mobilização.

Compensação - A mesa-redonda realizada no dia 13/04 confirmou que a compensação dos dias intercorrentes vem sendo feita "a maior" desde o início do ano passado, o que deverá ser compensado agora, pelo Conselho. Infelizmente não houve acordo quanto aos vales-refeição entregues a menos em julho/2005. O CRC vai apresentar à DRT comprovação de que não houve perda. O nivelamento de funções no regimento interno do Conselho continua em análise no Ministério Público do Trabalho, como informado no boletim anterior.

TAC - O CRC assinou o Termo de Ajustamento de Conduta em 11/11/2005.

CRESS - Em reunião na sede do SINSEXPRO, o novo assessor jurídico do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS conheceu as reivindicações dos funcionários e a garantia de data-base. O Sindicato aguarda proposta para ser apresentada em Assembléia dos funcionários. Há seis anos as negociações são realizadas com a assessoria jurídica da autarquia, pois a direção não recebe o Sindicato.

TAC - O CRESS assinou o Termo de Ajustamento de Conduta em 11/11/2005.

CRN - O Conselho Regional de Nutricionistas - CRN agendou reunião para o dia 18/04, no fechamento desta edição. A expectativa do Sindicato era de um desempenho melhor do que no ano passado, quando as negociações se arrastaram e resultaram numa proposta tão ruim que foi rejeitada pelos funcionários, levando a decisão ao processo de Dissídio Coletivo.

TAC - Como o CRN alegou não ter funcionários contratados sem concurso após 18/05/2001, o Ministério Público arquivou o processo. Assim, a autarquia não assinou o Termo de Ajustamento de Conduta.

CRP - O Conselho Regional de Psicologia - CRP agendou reunião e apresentou proposta mínima de manutenção do Acordo anterior, além de alguns avanços significativos, como aumento real de salários. No fechamento desta edição, aconteceria Assembléia de deliberação com os funcionários.

TAC - O CRP assinou o Termo de Ajustamento de Conduta em 16/06/2005.

CORECON - O Conselho Regional de Economia - CORECON mantém a lamentável decisão que vem adotando há mais de quatro anos de não firmar Acordo Coletivo com o Sindicato,

ainda que reconheça a data-base. Este ano, afirmou que não negociará o ACT porque o Conselho Federal vê indefinição jurídica para assinatura desse fundamental instrumento de defesa dos interesses dos funcionários. Tal decisão certamente tem base em sentença do Tribunal Superior do Trabalho, que não julgou o Dissídio movido contra conselhos da nossa categoria em 2001. Depois disso, o TST já julgou e deu ganho de causa, por exemplo, em Dissídio contra o CRC/RS, em 2005. Para não falar de casos notórios de julgamento de dissídio de trabalhadores públicos, como a Febem de SP. De qualquer modo, buscar apoio em pareceres jurídicos para ignorar o pleito de trabalhadores é atitude de quem não pratica a democracia dos processos de negociação. A FENASERA, nossa Federação Nacional, está buscando reverter a posição do COFECON, mas o Regional não precisaria esperar para abrir negociações, demonstrando, assim, o reconhecimento ao valor dos seus funcionários.

TAC - O CORECON também alegou não ter funcionários contratados sem concurso após 18/05/2001. O Ministério Público arquivou o processo e a autarquia não assinou o Termo de Ajustamento de Conduta.

CREFITO - O Sindicato realizou Assembléia com os funcionários do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO, que reivindicam, além da manutenção do Acordo anterior, aumento real de 3% e reajuste no auxílio creche. Uma nova rodada de negociações estava sendo agendada no fechamento desta edição.

TAC - O CREFITO assinou o Termo de Ajustamento de Conduta em 08/03/2005.

CREF - O Conselho Regional de Educação Física - CREF apresentou proposta de Acordo, porém, com três itens que retroagem muito. Por isso, o Sindicato solicitou reunião com a direção da autarquia antes de levar a proposta para Assembléia dos funcionários. Os encontros com o Sindicato costumam ocorrer diretamente com o presidente do Conselho.

CRFa - O Conselho Regional de Fonoaudiologia - CRFa, que sempre teve a presidente ou a tesoureira na mesa de negociação, este ano decepcionou e mandou o contador para dar uma proposta inviável. Trata-se de um Acordo sem correção salarial e sem reajuste de vale-refeição. Parece que a autarquia quer adotar a linha do Conselhão, que tem como membro a presidente do CRFa. Tão logo terminou a reunião, o Conselho enviou correspondência ao Sindicato afirmando que iria reavaliar a proposta e que daria retorno em seguida. Uma das reivindicações do SINSEXPRO é que a direção do Conselho volte a negociar.

TAC - O CRFa alegou que não tem funcionário contratado sem concurso público após 18/05/2001, porém, não homologou o Plano de Cargos e Salários no Ministério Público do Trabalho. O MPT quer analisar os documentos para definir se vai ou não propor Ação Civil Pública.

CRTR - O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia - CRTR havia agendado reunião que ocorreria no fechamento desta edição. As negociações sempre foram com a direção da autarquia, que comunicou o afastamento do presidente porque o mesmo será candidato nas eleições gerais do País, neste ano.

TAC - O CRTR assinou o Termo de Ajustamento de Conduta em 16/06/2005.

Na OAB, avaliação de mérito gera insatisfação

A OAB aplicou, neste mês, Avaliação de Mérito que, ao invés de servir de motivação aos funcionários, gerou questionamento por grande parte deles. O SINSEXPRO reuniu-se com os mesmos em frente à sede da Ordem, na rua Senador Feijó, em SP, para conhecer suas

queixas. Depois, o Sindicato foi recebido pela gerente do Departamento de Pessoal, que prestou diversos esclarecimentos sobre o assunto. Embora o resultado final não tenha sido alterado, as informações ajudaram a esclarecer como a Avaliação foi concebida e praticada. No

fechamento desta edição, o SINSEXPRO tentava viabilizar novo encontro com os funcionários, desta vez, dentro da sede, para esclarecer as dúvidas e também para conversar sobre os impactos dessa Avaliação de Mérito nas negociações da Campanha Salarial deste ano.

Realizada a primeira mesa-redonda da Campanha Salarial

Em mesa-redonda realizada em 11/04, na Delegacia Regional do Trabalho, compareceram os conselhos regionais de Administração - CRA, de Corretores de Imóveis - CRECI; Ordem dos Músicos - OM; de Enfermagem - COREN; de Biologia - CRBiol, de Contabilidade - CRC e de Odontologia - CROSP. O CRA, CRECI e a OM mantiveram sua retrógrada intransigência, afirmando que não vão fechar Acordo Coletivo e que o Sindicato deve instaurar Dissídio Coletivo. O COREN e o CRBiol, ao contrário, agendaram reuniões de

negociação. O CROSP reafirmou o que já tinha informado ao Sindicato - que pretende negociar após a consolidação do recebimento das anuidades, o que acontece no final de abril. A autarquia não reconheceu a data-base. A posição do CRC você confere na matéria específica desse Conselho (página 5). Com exceção dos conselhos que agendaram negociação (COREN E CRBiol), os demais já tiveram os processos de Dissídio Coletivo ingressados.



Dissídio para quem não abrir negociação

Poderão ser movidos Dissídios Coletivos também contra os conselhos regionais de Economia - CORECON; de Eng^a Arq^a e Agr^a - CREA; de Nutricionistas - CRN; de Relações Públicas - CONRERP e de Representantes Comerciais - CORCESP, além da Caixa de Assistência ao Advogado - CAASP e MÚTUA (de assistência aos profissionais do CREA). Estas autarquias não atenderam à convocação da DRT e não compareceram à mesa-redonda. Como o prazo para essa providência expira no final de abril, o SINSEXPRO só ingressará com Dissídio para os que não abrirem negociação.

Data-base garantida em 11 autarquias

Os conselhos regionais de Biblioteconomia - CRBiblio; de Biomedicina - CRBiom; de Educação Física - CREF; de Farmácia - CRF; de Fonoaudiologia - CRF^a; de Psicologia - CRP; de Serviço Social - CRESS; de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO; de Técnicos em Radiologia - CRTR; de Química - CRQ e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB garantiram a data-base e já estão em processo de negociação, por isso não foram chamados em mesa-redonda.

CRA, CRMV e CONRE empurram para a Justiça

Em sentido oposto, mantém-se as autarquias notadamente despreparadas para o convívio democrático, as mesmas que todo ano empurram o que seria uma Campanha Salarial para o âmbito do Judiciário, sem sequer abrir negociação com o Sindicato dos funcionários. São elas: CRA, CRMV e CONRE.

Leia mais sobre a Campanha Salarial na página 5

TRT julga Dissídios Coletivos

O TRT rejeitou a proposta contida na Emenda 45 à Constituição Federal, que pretendia o arquivamento de Dissídios Coletivos que não fossem produto da vontade das duas partes - empregador e empregado. Assim, os Dissídios Coletivos continuam sendo julgados. Na nossa categoria, foram julgados os Dissídios Coletivos de 2005 das seguintes autarquias: CRA, OM, CRMV, CONRE, CORCESP, CORECON, CRN, CROSP E CRECI. Uma só turma do TRT, que julgou o conjunto desses Dissídios, conce-

deu integralmente nove dos 55 itens reivindicados (data-base, compensações, salário substituição, horas extras, anuênio, uniformes, comunicação de acidente de trabalho, comunicação de processo administrativo e mensalidade sindical). Dos demais itens, 16 foram atendidos parcialmente (reajuste salarial, piso salarial, pagamento dos vencimentos, adiantamento salarial, trabalho noturno, prêmio por assiduidade, alimentação, creche, auxílio a filho excepcional, auxílio funeral, atendimento por pro-

fissional de saúde, estabilidade pré aposentadoria, utilização de quadro de avisos, contribuição negociada, vigência e cláusula penal). Os demais itens foram indeferidos ou considerados prejudicados por serem extemporâneos. Além do tempo decorrido (o Dissídio é de 2005), o resultado do julgamento comprova o que o SINSEXPRO sempre pregou - o que garante bons resultados na Campanha Salarial é o envolvimento e a mobilização dos funcionários, e não as instâncias jurídicas.

Série de matérias discutirá a atual conjuntura do Brasil

A partir desta edição, o SINSEXPRO publicará uma série de matérias e artigos sobre a atual conjuntura econômica, social e política do País. Afinal, estamos em ano eleitoral e nosso papel, enquanto representantes dos trabalhadores, é também o de contribuir para um Brasil mais justo e digno, em que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades. O primeiro tema desta série é a distribuição de renda, um dos problemas mais graves e que merece toda atenção, não só das autoridades mas de toda a sociedade. Confira!



Bem-estar do cidadão depende do crescimento econômico



As diretoras do SINSEXPRO Elba e Janaina no Seminário

Ao completar 50 anos, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE realizou, nos dias 5 e 6/04, o Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento com Distribuição de Renda, tema que deve pautar os trabalhos do Departamento nos próximos anos. Um pré-requisito importante para que os indivíduos melhorem o seu nível de bem-estar é o crescimento econômico. Se os benefícios desse crescimento são apropriados apenas por alguns poucos indivíduos, pode-se afirmar que o bem-estar social não melhora necessariamente com o desempenho econômico. A qualidade do crescimento econômico é uma função do nível de desconcentração da renda. E, além disso, o desenvolvimento pode ser induzido e orientado por um processo de desconcentração de renda. Só um processo redistributivo forte permitirá a constituição de um mercado interno robusto e o desenvolvimento econômico.

Em comparações internacionais, o Brasil encontra-se com elevado padrão de concentração de renda. As raízes desse fenômeno podem ser encontradas na estrutura de concentração fundiária, historicamente pouco alterada, e no modelo de acumulação fortemente concentrador desde o período colonial. Essa concentração fica evidenciada em qualquer

recorte adotado: funcional, pessoal, regional, por características pessoais (sexo, cor etc.). A permanência do indicador em níveis elevados torna maior o desafio de ingresso do País no rol daqueles que atingiram o desenvolvimento econômico e social. Uma das dimensões da análise da distribuição de renda é a perspectiva funcional, ou seja, o modo como a renda nacional é apropriada segundo diferentes grupos sociais (trabalhadores, capitalistas e autônomos). Os dados evidenciam, historicamente, uma realidade extremamente desfavorável aos trabalhadores. Mas, se já não bastasse essa elevada concentração, a tendência nos anos 90 foi de deterioração desse padrão.

Para se ter uma idéia, com base nas Contas Nacionais calculadas pelo IBGE, em 1990 a participação da remuneração dos empregados na renda nacional era de 53,5%. Em 2003, esse valor caiu para 42,8%. Esse quadro perverso pode ser analisado também pela ótica da renda pessoal. O índice de Gini no Brasil, indicador que mede a desigualdade de renda, tem sido historicamente elevado. A situação brasileira, que chega a ser um escândalo internacional, assemelha-se a de países com baixíssimo nível de desenvolvimento humano, entre os quais encontram-se Serra Leoa e Botswana. A queda da desigualdade na distribuição de renda dos ocupados verificada no período de 1995 a 2004, onde o índice de Gini passa de 0,585 para 0,547, ocorreu devido a pelo menos dois fatores. Um deles é positivo e resulta do efeito da valorização do salário mínimo sobre a remuneração daqueles trabalhadores cujos ganhos se encontram em torno desse patamar. O segundo é negativo: a constatação de que a queda no índice de Gini tem sido acompanhada de uma contínua diminuição da renda média do trabalho dos ocupados.

É importante assinalar que a desigualdade medida pelo índice de Gini está fortemente subestimada em virtude de

a base de dados conter uma elevada subdeclaração da renda dos mais ricos. De todo modo, a falta de informações mais fidedignas sobre as rendas de juros, lucros e aluguéis impede uma avaliação mais precisa da concentração real da renda no Brasil. Resumindo, o DIEESE compreende a importância da necessidade de um novo pacto que finalize, para os diferentes atores sociais, o estabelecimento de uma premissa máxima na sociedade brasileira: para que uma sociedade seja desenvolvida ela deve seguir por critérios que obedeçam às noções de equidade distributiva. Esse é o elemento central para se alcançar o desenvolvimento de uma Nação. Assim, o DIEESE tem atuado de forma ativa na promoção e participação de debates em torno deste tema.

O tema Desenvolvimento com Distribuição de Renda foi debatido em seminários realizados em 16 capitais brasileiras. Os eventos tiveram como propósito desnaturalizar o fenômeno da concentração de renda e mostrar que a desigualdade é, antes de tudo, um problema nacional, e que a sociedade precisa participar ativamente na discussão da criação de políticas que combatam esse perverso retrato do País. Dentro dos seminários, o DIEESE lançou também o site www.meusalario.org.br, onde os trabalhadores poderão comparar o seu nível salarial com o de outros trabalhadores do Brasil, além de constituir uma base de dados que permitirá a comparação com os dados de outros países.



A diretora Alexandra também participou do evento

Categoria tem garantida a jornada de 40 horas

No Dia Internacional do Trabalhador, em 1º de maio, uma das grandes conquistas a ser comemorada em nossa categoria é a jornada de trabalho, de 40 horas por semana contra as 44 horas oficialmente determinadas pela legislação trabalhista. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores ainda cumpre jornadas muito superiores. Por isso, a CUT tem como uma de suas lutas, a qual o SINSEXPPO apóia e está integrado, uma jornada menor ainda, de 36 horas por semana, como forma de gerar empregos e diminuir os proble-

mas sociais.

Ainda em nossa categoria, outra importante conquista é a jornada de estudante. O trabalhador que se encaixar neste perfil tem direito a uma redução de 5 horas semanais em seu expediente, sem diminuição de salários ou benefícios. Além disso, o trabalhador estudante pode ter abonada a falta para prestação de exames escolares (provas finais) e vestibulares, condicionando à prévia comunicação ao Conselho/Ordem ou garantidas as condições mais favoráveis já praticadas.



Sorteio das chaves para Campeonato de Futsal do SINSEXPPO será em 28/04



O SINSEXPPO está organizando mais uma edição do Campeonato de Futsal, tradicional evento esportivo da categoria e que ocorre durante a Campanha Salarial, como forma não só de lazer, mas de união e de integração de todos os companheiros pelo fortalecimento de nossa luta. O Sorteio das chaves será realizado em 28/04. As inscrições encerraram-se em 18/04. Os jogos serão



realizados no Ginásio Poliesportivo do Clube da Cidade da Moóca, localizado na Rua Taquari, 635, Moóca, próximo ao Metrô Bresser. Para a torcida e acompanhantes dos jogadores, a boa notícia é que, além de acompanhar todos os lances das partidas, é possível usufruir do clube. Para isso, basta ter a carteirinha. Para obtê-la, é só comparecer a qualquer clube da cidade, levando duas fotos 3x4 (a carteirinha demora quatro dias para ficar pronta), e depois fazer o exame médico gratuito no Clube da Moóca, às terças e quartas-feiras, das 13h30 às 15h30.